



23ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESPÍRITO SANTO.

No dia 21 de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, no auditório da Casa dos Direitos as membras e os membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo, para a 23ª Sessão Plenária Ordinária deste Conselho, estando presentes no ato as (os) seguintes conselheiras (os):

PODER PÚBLICO: Aline Passos de Oliveira Titular/SEDH, **Rosania Maria da Silva Soares** – Suplente/SEDH **Jéssica Monteiro** – Suplente/SEDU, **Milla Pião Moreira da Silva** – CMDCA's, **Maria Helizabett F. de Castro** – Titular/IASES, **Mirtes Basílio da Silva** – Titular/SETADES e **Paulo Henrique Santos Jasper** – Titular/SESP; **Leandro Gama Moraes** – Titular/TJES; **SOCIEDADE CIVIL: Keila Barbara Ribeiro** – Titular/Instituto Raízes; **Tânia Maria Molaes** – Titular/CDDH, **Sônia da Silva Amâncio** – Titular/CAOCA; **Morgana Boostel** – Titular/CADH; **Inayha Cristina Alves Dalvi** – Titular/SINDPSI-ES; **CONVIDADA: Eva Martins** – MPES e **Bernadete Baltazar** – SEDH; **Ester Costa Monteiro** – Estagiaria do TJES;

ORDEM DO DIA:

1ª PAUTA: – APROVAÇÃO DAS ATAS E DA ORDEM DO DIA: **Keila Barbara** deu início a reunião dando boas vindas a todos que estavam presentes, em seguida a secretária **Raquel Rodrigues** passou a lista de presença e entregou a todos os representantes dos órgãos que estavam presentes nessa plenária que compoem o conselho, o card (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e outro card do (Comitê de Participação de Adolescente - CPA), em seguida **Rosania Maria** com a palavra entrou no ponto de pauta 4ª e explicou como irá acontecer essa formação de

conselheiros tutelares. As atas não foram aprovadas, pois priorizamos o pouco tempo que tínhamos para completar o plano de ação e de aplicação.

2ª PAUTA: INFORMES: **Eva Martins** disse que o MP também fará a capacitação dos conselheiros tutelares. Os promotores tem solicitado essa capacitação também, será presencial e durará um dia inteiro, vamos abordar um curso básico só para uma contribuição inicial, o curso será fornecido depois da posse. **Morgana Boostel** disse que se possível o SEDH podia fazer uma formação específica para o implemento do PPCAM das temáticas em relação a proteção e durabilidade dos ameaçados e contamos com o apoio do CRIAD nesse divulgação. **Eva Martins** nós do MP também estamos fazendo um Estatuto, já está na gráfica, será uma tiragem pequena e será entregue nesse processo de capacitação. **Milla Pião** deu uma sugestão que seria interessante abrir essa capacitação do MP para alguns representantes dos conselhos dos direitos dos municípios, por que é uma relação muito fragilizada. **Aline Passos** com a palavra disse que está com a inscrição aberta para indicação do Prémio Estadual de Direitos Humanos de 2023, podem ser indicados pessoas físicas que tem um título na atuação notória ou coletiva por membros de instituições, as indicações podem acontecer até o dia 26/11/2023 e o edital está no site da SEDH. E o outro informes é que estamos com a chamada da comprovação da semana coletiva de direitos humanos do dia 01 ao dia 15/12.

3ª PAUTA: PLANO DE AÇÃO 2024 – 2027 E PLANO DE APLICAÇÃO 2024: **Bernadete Baltazar** explicou que o plano de ação é a mesma coisa que o ppa, o criad cria as ações que vão ser desenvolvidas ao longo de 4 anos em utilização dos recursos do FIA. Precisamos fazer essas aprovações, pois a próxima gestão do ano seguinte já vai saber o que fazer no decorrer do ano, como vai mostrar nos planos. FOI FEITA UMA ESPLANAÇÃO MAIS PROFUNDA SOBRE O PLANO DE AÇÃO E DE APLICAÇÃO. **Milla Pião** acrescentou que para conseguir terminar e colocar em prática os Planos esse colegiado atual teria de ser prorrogado para além de Janeiro/2024, e se não tiver prorrogação todos os atos depois perdem a valorização. Foi concordado em colocar um novo ponto de pauta: Aprovação de prorrogação dessa gestão, ele entra no ponto de pauta 6º. **Milla Pião** disse que precisa sair do CRIAD um ofício endereçado para a

SEDH coordenadoria, solicitando os trâmites administrativos necessários para realização do diagnóstico conforme deliberação do CRIAD sobre o plano de execução 2023. (esperar o escopo). **Inayha** no plano de aplicação: Diagnostico (edital de chamamento); Formação/Capacitação duas para 2024, um para conselheiro e outro para assistência ou saúde; Material de consumo; e o edital entra como defesa de atendimento. 1 edital com um milhão com cinco projetos que vão ganhar.

4ª PAUTA: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA CONSELHEIR@S TUTELARES (COORDENAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE SEDH); Rosania Maria com a palavra disse que está programando para fazer um Estatuto com as seguintes Leis: Constituição Federal (artigos selecionados); Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Henry Borel; Lei Menino Bernardo; Lei da Primeira Infância; Lei da Escuta Protegida; Resolução nº 178. Estamos programando também para fazer a formação para os conselheiros tutelares e vamos divulgar e vamos fazer também mais cursos voltados para os Direitos Humanos, cursos com a formação de Crianças e Adolescentes (on-line). Já é um projeto que está na fase final, mas não vamos conseguir dar o treinamento para os novos conselheiros tutelares que vão assumir os cargos em janeiro (isso na verdade é responsabilidade dos municípios). Nós estamos ficando no plano de implementação do SIPIA, temos a previsão que em dezembro seja lançado à atualização, previsão de começarmos a fazer o treinamento na Grande Vitória (em torno de 100 conselheiros) no primeiro trimestre de 2024.

5ª PAUTA: TRABALHO DAS COMISSÕES: Mirtes Basílio da Silva; Morgana Lickteneld Boostel; Milla Pião Moreira da Silva.

6ª PAUTA: APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DESSA GESTÃO ATUAL: Morgana Boostel disse que temos que colocar na resolução

alguns considerando: (realização da conferência, a própria conferência que vai ser em abril, eleição dos conselhos tutelares, processos de final de ano) para adentrar a nossa petição. Uma prorrogação de três meses (fevereiro, março e abril), encaminhar por e-mail para as entidades o ofício/resolução para Ministério Público, Vara da Infância, Secretaria de Direitos Humanos. (Raquel, Morgana e Inayha para fazer a resolução de prorrogação). Foi feita a votação IASES, TJES, CTDH E CADH abstem, e o restante do quórum a favor.

KEILA BARBARA RIBEIRO DA SILVA

Presidenta

MILLA PIÃO MOREIRA DA SILVA

Vice - presidenta

INAYHA CRISTINA ALVES DALVI

Secretária Geral

RAQUEL RODRIGUES LOPES

Secretária Executiva